

Resenha bibliográfica^a

Book review

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *A Bahia em pedaços*. Tradução de Aloísio Santos da Cunha e Rafael Sancho Carvalho da Silva. Ilhéus: Editus, 2023. 366 p.

Jaciane Cruz^b 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação
em Economia Regional e Políticas Públicas, Ilhéus (BA), Brasil

A Bahia em pedaços tem como autoria o professor Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, atualmente aposentado da Universidade Federal da Bahia. O autor graduou-se em Ciências Sociais em 1973, pela Universidade Católica de Salvador; possui mestrado na área, com título obtido em 1979, pela Universidade Federal da Bahia; e doutorado em História, com título obtido em 1992, pela Université Paris-Sorbonne. O livro objeto da presente resenha, publicado em 2023, é um produto de sua tese de doutorado, intitulada *Au Bresil. Deux Regions de Bahia (1896-1937)*, e foi traduzido por Aloísio Santos da Cunha e Rafael Sancho Carvalho da Silva.

Cabe destacar, aqui, que o escritor já havia abordado a temática da história da Bahia em sua dissertação, *Os donos do fruto do ouro*, em 1979. A dissertação aborda a região cacauieira da Bahia com ênfase na burguesia do cacau e sua formação e relação para com o Estado, assim como foca na análise desse espaço regional no século XIX. Além deste, o autor também

Editoras responsáveis: Natânia Silva Ferreira e Silvana Andrade dos Santos

^a DOI: 10.29182/hehe.v28i4.1089

^b jacyjcruz@gmail.com

A autora declara não haver conflito de interesse.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

desenvolveu outros trabalhos em História Econômica da região cacaueira baiana. Com Angelina Garcez publicou *História econômica e social da região cacaueira*, em 1975; e com Maria Hilda Paraíso, *Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos do ouro e a Princesa do Sul*, em 2001.

O livro objeto da presente resenha tem como objetivo analisar dois “pedaços” da Bahia, ao estudar duas regiões baianas que, apesar de em um primeiro momento parecerem completamente distintas, contribuíram para o desenvolvimento do Estado baiano: o pedaço do sertão do São Francisco e o pedaço da região cacaueira. Ainda que analise as duas regiões em três campos históricos (Economia, Política e Cultura), Freitas tende ao foco majoritário na História Econômica.

O autor define região, tanto a do sertão do São Francisco quanto a cacaueira, como uma categoria espacial que reflete a singularidade de um determinado espaço geográfico dentro de um contexto mais amplo. Ele também destaca que a construção desses espaços como regiões está intimamente relacionada às transformações humanas que neles ocorreram. Dessa forma, o espaço é compreendido em seu tempo específico, em que as mudanças históricas e os elementos históricos presentes moldam a sua dinâmica. Ou seja, mudanças históricas e elementos históricos são responsáveis por determinar uma identidade regional, e, ao mesmo tempo, as regiões também influenciam essas transformações.

O recorte temporal escolhido para a análise é bem definido e abrange marcos importantes para as regiões. Estes incluem: a chegada da Estrada de Ferro do São Francisco em Juazeiro (1896), o início da exploração da navegação a vapor no rio São Francisco e, na região cacaueira, o crescente valor do cacau nos últimos anos do século XIX. Este último ponto é destacado por Freitas (2023, p. 18) ao afirmar que o aumento se deu “pelo aumento constante do valor do seu principal e, praticamente, único produto – o cacau – nos últimos anos do século XIX”.

Os elementos das duas regiões são expostos e analisados em sete capítulos que compõem o livro. O primeiro, “Literatura e história: o romance regional”, apresenta as duas regiões utilizando a literatura como meio. Freitas se utiliza de personagens marcantes de obras importantes para mostrar aspectos da estrutura econômica e social do sertão do São Francisco e do sul baiano cacaueiro. Destaca-se a figura do mascate, comum às duas regiões, como viajantes de origem síria, italiana, espanhola

e/ou portuguesa, que circulavam de um canto a outro e compartilhavam informações. Além disso, são apontados fluxos migratórios de diferentes zonas do sertão nordestino para o sul da Bahia: pessoas atraídas pelos discursos de enriquecimento rápido com o cacau.

O segundo e o terceiro capítulos, “Bahia: o Sertão e o Sul antes de 1896” e “Os recursos naturais e os meios: o caminho de ferro, a via navegável e o cacau”, fazem uma evocação histórica de ambas as regiões e suas respectivas configurações até o ano de 1896. Para isso, são expostas análises dos recursos naturais como aspectos do clima, vegetação e índice pluviométrico, assim como os meios de transportes que caracterizam as regiões, como é o caso da estrada de ferro e o porto, para o cacau, e a via fluvial para o sertão.

“Na Bahia republicana e a construção de duas regiões (1896-1937)”, o quarto capítulo da obra, foca não apenas na consolidação das atividades econômicas das regiões, mas também em suas questões políticas, assim como os poderes públicos e as intervenções destes, o que pode ter acelerado ou retardado o processo de regionalização de cada espaço trabalhado. Enquanto o sertão do São Francisco sempre teve apoio financeiro do Estado baiano, o sul cacaueiro não recebeu atenção ou financiamento e, com o apogeu da monocultura do cacau, o aumento da receita estadual não se reverteu em melhorias para a região cacaueira, até a chegada do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), somente na década de 1930. Nesse capítulo, já é destacada a importância dos meios de transporte para a consolidação de cada região, e como as receitas de exportação foram importantes para a Bahia, principalmente as da estrada de ferro do São Francisco e do porto de Ilhéus. No caso deste último, passa em 1926 a exportar diretamente para o estrangeiro o que antes tinha que passar pelo porto de Salvador. Essa medida acabou por enfraquecer a hegemonia soteropolitana sobre o sul cacaueiro, ao contrário do sertão, que dependia dos investimentos de sua capital para manter sua estrutura econômica funcionando.

O quinto capítulo, “O Sertão do São Francisco”, traz um aparato cronológico sobre a região, dentro do recorte trabalhado pelo autor no livro. Freitas inicia o capítulo dando uma visão espacial geográfica sobre o sertão do rio São Francisco, enfocando sua irregularidade pluvial e como ela fez da seca um fenômeno constante, tornando a sociedade do sertão condicionada à seca. Destaca o autor que, quando havia chuva, havia

enchentes e cheias que faziam todo o plantio nas margens do rio se perderem. A navegabilidade se tornava cada vez mais difícil e mesmo após desobstrução – por conta da falta de manutenção do canal – navegar pelo São Francisco era um problema que precisava ser resolvido. Além disso, os anos trinta do século XX marcam uma nova espacialização no sertão, na qual, além da seca, havia vários fatores econômicos, sociais e espaciais que não permitiam os sertanejos permanecerem na região, fazendo com que as navegações pelos rios passassem a ser majoritariamente de transporte de pessoas deixando a região do que de mercadorias passando por ela. Por conta da dificuldade em transporte fluvial, o Estado encontra como alternativa a criação de rodovias, solução que se tornaria cada vez mais frequente nas zonas de seca do Nordeste. As rodovias passam a ser vistas como substitutas ideais para a estrada de ferro, servindo também como demonstrativo da presença da hegemonia estadunidense na cultura brasileira. Elas redefiniram o espaço brasileiro, tornando-se meio indispensável para transporte rápido de força de trabalho. Freitas cita a transferência de flagelados para zonas selecionadas pelo Estado. É apresentado o sertão em seus anos de plena integração, o que garantiu um processo de definição de sua regionalidade.

O ponto-chave do capítulo cinco está na abordagem econômica dada para a região do sertão do São Francisco. O fato de se manter diversificada, especialmente em seus produtos, garantiu-lhe, em determinados momentos, abundância e até mesmo opulência nas secas. O fortalecimento do comércio regional contribuiu para a consolidação da classe dominante de coronéis proprietários de terras e ao mesmo tempo comerciantes. É interessante notar a forma como Freitas reitera que essa atuação tinha por sua vez um respaldo legal, e descreve esse grupo no sertão – classe dominante de coronéis proprietários de terras e ao mesmo tempo comerciantes – principalmente pela atuação em toda a cadeia comercial regional, desde o pequeno comércio municipal ao grande comércio e ao comércio inter-regional.

O capítulo seis é dedicado à “Região Cacaueira” do sul da Bahia, mostrando de que forma o cacau redefiniu a percepção e o destino da terra. Freitas detalha como a cultura cacaueira não só gerou riqueza material, mas também abriu um leque de oportunidades onde antes se enxergava pouca ou nenhuma valia. Nesse momento, o autor traça o enriquecimento

fácil e a afirmação econômica da classe dominante, que, mesmo com a ascensão dos coronéis, “não se considerava suficientemente forte face ao estado da Bahia” (Freitas, 2023, p. 25). O enriquecimento fácil advém também do oferecimento de crédito por parte da classe dominante local para a produção cacaueira. Devido à falta de estrutura bancária na região, os pequenos e médios produtores se viam na necessidade de contrair empréstimos para as suas plantações. Esses empréstimos, por sua vez, tinham uma alta taxa de juros, a serem pagos para os grandes coronéis. Freitas cita o caso de um coronel banqueiro que contraiu empréstimos no Banco do Brasil a uma média de 10% ao ano e reemprestava aos pequenos e médios cacauicultores por taxas de mais de 30% ao ano. Esses empréstimos eram garantidos pela terra dos pequenos e médios cacauicultores, e, em caso de não pagamento, os grandes coronéis – com a força bruta de seus jagunços – tomavam-lhes as terras. Esse movimento de tomada de terras é exemplificado em momentos de crise na lavoura, em que a concentração fundiária aumentou de maneira substancial.

A questão do setor de serviços, principalmente de transportes e comunicações, também é abordada pelo autor no capítulo seis, como a relevância do porto e da ferrovia para o escoamento da produção cacaueira. Freitas ainda aponta o momento da quebra da bolsa de Nova York (tendo em vista que o cacau já era comercializado nessa bolsa), sendo essa crise superada em 1931. Finalmente, o autor salienta a questão dos primórdios da industrialização do cacau no sul baiano, exemplificando o caso da indústria Usina Victória de Hugo Kaufmann, inaugurada em 1927.

O último capítulo, “Juazeiro, a corte do Sertão, e Ilhéus, a Princesa do Sul”, trata das principais cidades de cada região: Juazeiro, no sertão do São Francisco, e Ilhéus, na região cacaueira. São destacados aspectos das transformações que esses centros urbanos sofreram, por consequência de suas atividades econômicas. O autor aponta que o crescimento de ambos os espaços só foi possível com a regionalização, principalmente atrelada ao setor de transportes: o rio para o sertão e o porto para o sul cacaueiro, além das ferrovias em ambos os espaços. O crescimento econômico se ampliou com a chegada da industrialização nos dois polos, gerando aumento demográfico e transformações na paisagem e na infraestrutura urbana.

O livro é um marco introdutório substancial para pesquisadores que

desejam estudar as duas regiões apresentadas no decorrer da obra. Principalmente para aqueles que desejam, em seus estudos, enfocar o campo da História Econômica da Bahia, devido às discussões, dados e informações que servem de base para um entendimento complexo da economia baiana do ponto de vista histórico. *A Bahia em pedaços* é uma contribuição historiográfica relevante para pensar e discutir o processo histórico de regionalização dentro do território baiano, evocando seu passado histórico, entre o final do século XIX e o início do século XX, com foco em aspectos econômicos e sociais. Considerando os dois espaços geográficos abordados no livro, é inegável que “no progresso e na crise, as duas regiões se encontravam” (Freitas, 2023, p. 41).